



MATERNIDADE SOLO COMO PRODUTO DO PATRIARCADO: UMA REVISÃO ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS PSÍQUICOS E SOCIAIS

Single motherhood as a patriarchal construct: A review of gender-based violence and its psychological and social consequences

Beatriz Cristine Ricci Michelin¹

Cristiane Araujo Dameto²

¹Discente do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru

²Orientadora e Docente do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru

Resumo

A maternidade solo, quando analisada sob a ótica do patriarcado, revela-se como um fenômeno social complexo, marcado por desigualdades de gênero, violências simbólicas e institucionais e repercussões significativas na vida das mulheres. Este estudo teve como objetivo revisar criticamente a produção científica recente sobre a maternidade solo como produto do patriarcado, evidenciando seus impactos psíquicos, sociais e econômicos a partir da violência de gênero. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, realizada entre março e novembro de 2025. A busca de materiais foi conduzida nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico, além de documentos oficiais, utilizando descritores como maternidade solo, violência de gênero, patriarcado, desigualdade de gênero, maternidade solo, sofrimento psíquico e direitos humanos. Foram selecionados dez estudos publicados entre 2015 e 2025, em português e inglês, que abordavam a maternidade nas relações de gênero. Os resultados apontaram que a maternidade solo é fortemente marcada pela naturalização da ausência paterna, pela sobrecarga feminina e pelo estigma social que recai sobre as mães, repercutindo em sofrimento emocional, precariedade econômica e marginalização social. Conclui-se que a maternidade solo não é expressão de uma escolha individual, mas produto de uma estrutura patriarcal que mantém e legitima desigualdades históricas.



Palavras-chave: Maternidade; Violência de Gênero; Saúde Mental; Patriarcado.

Abstract

Single motherhood, when analyzed from the perspective of patriarchy, emerges as a complex social phenomenon marked by gender inequalities, symbolic and institutional violence, and significant repercussions on women's lives. This study aimed to critically review recent scientific literature on single motherhood as a product of patriarchy, highlighting its psychological, social, and economic impacts derived from gender-based violence. It is a narrative literature review, with a qualitative and exploratory approach, conducted between March and November 2025. The search for materials was carried out in the SciELO, PubMed, and Google Scholar databases, in addition to official documents, using descriptors such as single motherhood, gender-based violence, patriarchy, gender inequality, single mothers, psychological suffering and human rights. Ten studies published between 2015 and 2025, in Portuguese and English, addressing motherhood from the perspective of gender relations were selected. The results indicated that single motherhood is strongly shaped by the naturalization of paternal absence, female overload, and the social stigma directed at mothers, resulting in emotional suffering, economic precariousness, and social marginalization. It is concluded that single motherhood is not the result of an individual choice, but the product of a patriarchal structure that sustains and legitimizes historical inequalities.

Keywords: Motherhood; Gender-Based Violence; Mental Health; Patriarchy.

Introdução

Vinculada à identidade feminina como um destino natural e inquestionável, a maternidade foi historicamente associada à ideia de sacrifício, doação incondicional e renúncias. Entretanto, o “amor materno” não deve ser considerado um instinto biológico inato, mas sim um comportamento aprendido e socialmente esperado (Badinter, 2011). Tratar essa forma de afeto como natural e inevitável serve como mecanismo de controle social, reforçando a ideia de que toda mulher, por ser mulher, deve obrigatoriamente desejar a maternidade e vivenciá-la com plenitude. Essa



concepção ignora a diversidade das experiências femininas e desconsidera que o vínculo entre mãe e filho é influenciado por inúmeros fatores históricos, culturais e subjetivos. Assim, o amor materno deixa de ser uma escolha ou possibilidade afetiva, e passa a ser uma imposição moral que enraizou a figura da mulher como mãe no imaginário coletivo (Vásquez, 2014).

Autoras como Badinter (1985) e Beauvoir (1949) argumentam que o fenômeno da maternidade, com o passar dos séculos, foi profundamente atravessado pelas relações de poder e seus contextos históricos, sociais, políticos e econômicos de cada década, moldando uma concepção de maternidade como imposição social. Assim, a maternidade, para além da gestação, torna-se um “dever” feminino. Jacobs e Andrews (2021) reforçam que a maternidade, em sua pluralidade de experiências e representações, constitui-se como fenômeno social, cultural e político marcado historicamente por valores patriarcais que atribuem à mulher a responsabilidade quase exclusiva pela reprodução, cuidado e educação dos filhos.

A naturalização dessa função reforça desigualdades de gênero, sustenta práticas discriminatórias e alimenta o estigma direcionado às mulheres que exercem a maternidade sem a presença do pai, denominadas mães solo. O fenômeno da maternidade solo não deve ser compreendido apenas como uma realidade individual ou resultado de decisões pessoais, mas como produto de estruturas sociais e históricas que mantêm a centralidade da opressão de gênero (Araújo, 2025).

Nesse contexto, o patriarcado se apresenta como um sistema que organiza as relações sociais de gênero e que, ao longo do tempo, determinou papéis hierárquicos, colocando o homem na posição de provedor e a mulher como cuidadora, objeto de satisfação sexual, reprodutoras e força de trabalho doméstico (Saffioti, 2004). Essa lógica repercute diretamente na configuração da maternidade solo, visto que a ausência paterna frequentemente é legitimada pela própria cultura, deixando a mulher sobrecarregada com responsabilidades financeiras, emocionais e sociais (Ferreira Junior *et al.*, 2025). Além disso, estudos apontam que a experiência da mãe solo é atravessada por múltiplas violências de gênero, que se manifestam tanto na forma explícita de abandono e negligência paterna, quanto em aspectos simbólicos e institucionais que naturalizam essa desigualdade (Meyer, 2024).



Dados do IBGE (2022) indicam que 49,1% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, ao mesmo tempo, o Conselho Nacional de Justiça (2024) aponta que entre os anos de 2016 e 2024 aproximadamente 1,2 milhão de nascidos não possuem o nome do pai na certidão de nascimento. Tais números revelam a profundidade de um problema social que possui consequências amplas, alcançando dimensões psíquicas, sociais e econômicas. Pesquisas demonstram que mães solo enfrentam maiores índices de sofrimento mental, incluindo sintomas depressivos, ansiedade e estresse, relacionados à sobrecarga de papéis e à falta de suporte social (Dharani, 2024). Do ponto de vista econômico, a maternidade solo está associada a maiores índices de precariedade no mercado de trabalho, dificuldades de acesso a políticas públicas de assistência e maior vulnerabilidade social (Jain; Mahmoodi, 2025). Tais condições reforçam a intersecção entre gênero, classe e raça, uma vez que mulheres negras e de baixa renda são as mais afetadas pelo abandono paterno e pela precariedade das redes de apoio (Rudzinski *et al.*, 2025).

De forma prática, a maternidade solo impõe desafios que extrapolam o âmbito doméstico, afetando o acesso ao trabalho, à educação, à saúde mental e ao lazer. As mães solo enfrentam jornadas exaustivas de múltiplas funções, escassez de tempo e recursos, isolamento social e, frequentemente, culpabilização (Hooks, 2018; Collins, 2019). Assim, compreender a maternidade solo a partir de uma perspectiva crítica, fundamentada no patriarcado e na violência de gênero, permite reconhecer o caráter estrutural desse fenômeno. A análise dessa problemática possibilita evidenciar os mecanismos sociais que perpetuam desigualdades e, ao mesmo tempo, pode subsidiar políticas públicas de enfrentamento que garantam melhores condições de vida e saúde às mulheres e seus filhos (Costa, 2025).

Apesar dos inúmeros desafios, as mães constroem estratégias de resistência e cuidado, desenvolvendo formas de criar seus filhos com dignidade, afeto e autonomia. No entanto, para que essa realidade não seja marcada apenas pela superação individual, é necessário que haja uma transformação estrutural. Diante do exposto, justifica-se a relevância deste estudo por abordar a maternidade solo como expressão das relações patriarcais e como realidade social que exige maior atenção acadêmica, política e psicológica. O objetivo desta revisão é analisar como o



patriarcado atua na manutenção da maternidade solo, identificando os impactos psíquicos, sociais e econômicos desse fenômeno a partir da violência de gênero.

Metodologia

Este estudo configura-se como uma revisão bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, orientada pela perspectiva crítica das Ciências Humanas e Sociais aplicadas à Psicologia. A escolha dessa abordagem justifica-se pela complexidade do fenômeno investigado, uma vez que a maternidade solo, compreendida como produto do patriarcado, demanda análise que ultrapasse a mera descrição quantitativa de dados e permita o aprofundamento interpretativo das dimensões simbólicas, psíquicas, sociais e econômicas que o constituem.

O percurso metodológico compreendeu um processo sistemático de busca, seleção e análise de materiais publicados entre os anos de 2015 e 2025, delimitando uma década de produção científica recente que dialoga diretamente com os debates contemporâneos sobre gênero, violência e saúde mental. Foram consultadas bases de dados amplamente reconhecidas pela comunidade acadêmica, tais como SciELO, PubMed e Google Acadêmico, além de documentos oficiais e legislações disponibilizados em portais governamentais. Essa estratégia visou contemplar tanto estudos empíricos quanto reflexões teóricas e normativas, de modo a garantir amplitude e diversidade nas fontes.

Foram utilizados, isoladamente e em combinação, os seguintes descritores: maternidade, violência de gênero, patriarcado, desigualdade de gênero, maternidade solo, sofrimento psíquico e direitos humanos. A utilização dessas palavras-chave permitiu recuperar publicações relacionadas tanto ao campo da Psicologia quanto a áreas afins, como Sociologia, Antropologia, Serviço Social e Saúde Pública, favorecendo uma abordagem interdisciplinar.

Resultados

Nas bases de dados Scielo, PubMed e Google acadêmico foram localizadas 72 publicações com as palavras-chaves mencionadas acima. O critério de inclusão estabeleceu a seleção de artigos, livros, dissertações e teses publicados em português e inglês, entre 2015 e 2025, que abordassem a maternidade a partir da



perspectiva das relações de gênero. Foram excluídos materiais cujo enfoque se restringia a aspectos exclusivamente biológicos ou médicos da maternidade, ou que não apresentassem vinculação direta com os objetivos da pesquisa. A seleção final ocorreu por conveniência, orientada pela relevância e pertinência temática dos estudos em relação ao problema investigado.

Ao término do processo, foram selecionados 10 estudos que atenderam aos critérios previamente estabelecidos, compondo o corpus de análise desta revisão. Esses estudos foram submetidos a leitura analítica e interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e lacunas nos achados. A análise foi conduzida em diálogo crítico com o referencial teórico adotado, privilegiando a articulação entre os conceitos de patriarcado, violência de gênero e maternidade solo, e enfatizando os impactos psíquicos, sociais e econômicos decorrentes dessa condição. A metodologia escolhida, ao valorizar a interpretação qualitativa, possibilitou a construção de uma reflexão ampla e crítica, capaz de evidenciar a maternidade solo como fenômeno social multifacetado e indissociável das relações de poder de gênero.

Discussões

4.1 Patriarcado como matriz estruturante da maternidade solo

A análise da maternidade solo como produto do patriarcado exige compreender, inicialmente, o conceito de patriarcado como um sistema histórico e estrutural que organiza as relações de gênero e hierarquiza papéis sociais. Esse sistema confere aos homens posições de poder e autoridade, enquanto destina às mulheres funções de cuidado, reprodução e manutenção da vida cotidiana, reproduzindo desigualdades que se manifestam em todas as esferas sociais (Jacobs; Andrews, 2021). Assim, quando se aborda a maternidade solo, não se trata apenas de uma circunstância individual, mas de uma expressão das dinâmicas estruturais que reforçam a centralidade feminina na responsabilidade parental, ao passo que naturalizam a ausência masculina.

De acordo com Araújo (2025), a maternidade solo deve ser analisada como um fenômeno de origem social e política, inscrito em contextos de desigualdade histórica entre homens e mulheres. A autora enfatiza que as narrativas de mulheres que exercem a maternidade sozinhas demonstram como a ausência paterna não é



meramente um “acidente” ou uma escolha individual, mas resultado de uma construção cultural que legitima a retirada masculina do espaço do cuidado. Esse ponto converge com Jacobs; Andrews (2021), que identificam, em suas análises qualitativas, como o imaginário social associa famílias monoparentais femininas a lares “incompletos”, sustentando uma percepção depreciativa que, paradoxalmente, naturaliza o pai ausente.

Meyer (2024) aprofunda essa perspectiva ao argumentar que o patriarcado opera não somente na dimensão cultural, mas também econômica. Ao analisar a violência conjugal a partir de lentes econômicas, a autora evidencia que a dependência financeira e a vulnerabilidade social das mulheres são efeitos diretos de um sistema que organiza a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, a maternidade solo se apresenta como consequência de um contexto em que os homens se sentem socialmente autorizados a se retirar da responsabilidade parental, ao passo que as mulheres enfrentam barreiras de inserção e manutenção no mercado de trabalho, agravadas pela sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidado.

Dharani (2024) amplia esse debate ao demonstrar que as mães solo apresentam índices mais elevados de sofrimento psíquico quando comparadas a mulheres casadas ou em união estável. O estudo aponta que essa sobrecarga emocional não pode ser explicada apenas pela condição de monoparentalidade em si, mas pela forma como o patriarcado estrutura relações de poder, gerando isolamento social, estigmatização e ausência de suporte institucional. Esse achado converge com Jain; Mahmoodi (2025), que, em uma revisão global, argumentam que os desafios das mães solo derivam, sobretudo, de processos de discriminação e estigmatização social, mais do que da estrutura familiar em si. Ou seja, o sofrimento psíquico não é inerente à condição de mãe solo, mas às condições de desigualdade e exclusão que a sociedade impõe a essa experiência.

No entanto, Delgado-Herrera *et al.* (2024) acrescentam uma dimensão importante: a relação entre crenças de gênero e percepções sobre maternidade. Os autores identificaram que quanto mais internalizadas são as crenças patriarcais de que a mulher deve se realizar exclusivamente pela maternidade, maior a propensão a legitimar a ausência paterna como um “destino natural”.



Costa (2024), por sua vez, destaca a multiplicidade de papéis assumidos pela mulher contemporânea e como essa sobrecarga se torna mais evidente em contextos de maternidade solo. A autora aponta que, além de provedora financeira, a mãe solo precisa desempenhar funções de cuidadora, educadora e responsável pela gestão da vida familiar, em um cenário de escassez de políticas públicas de suporte. Esse achado dialoga com Rudzinski *et al.* (2025), que analisaram o impacto da fragmentação dos serviços sociais no Canadá sobre mulheres em situação de violência de gênero. Para eles, o patriarcado também se manifesta institucionalmente, quando o Estado não oferece mecanismos eficazes de suporte, empurrando a mulher para uma sobrecarga quase insustentável.

Da mesma forma, embora Dharani (2024) e Jain; Mahmoodi (2025) enfatizam o sofrimento psíquico das mães solo, eles diferem quanto à ênfase: o primeiro atribui maior peso à sobrecarga individual e ao isolamento, enquanto os segundos reforçam a dimensão do estigma social como fator preponderante.

Outro ponto de confronto diz respeito à compreensão das violências envolvidas. Ferreira Júnior *et al.* (2025) e Meyer (2024) convergem ao mostrar que a maternidade solo frequentemente nasce em contextos de violência, seja pelo abandono paterno após o diagnóstico de filhos atípicos, seja pela violência econômica que mantém as mulheres em situação de vulnerabilidade. Contudo, enquanto Meyer (2024) interpreta a questão a partir da lógica da dependência estrutural, Ferreira Júnior *et al.* (2025) enfatizam a responsabilidade moral e afetiva masculina como aspecto central do abandono.

4.2 Violência de gênero e abandono paterno como expressões da opressão e suas consequências para mãe solo.

A maternidade solo, quando analisada sob a lente crítica do patriarcado, revela-se não apenas como consequência de dinâmicas familiares individuais, mas como manifestação de múltiplas violências de gênero que atravessam a vida das mulheres. A ausência paterna, frequentemente legitimada social e culturalmente, não se restringe a um fenômeno de negligência, mas deve ser entendida como expressão de opressões estruturais que colocam a mulher em posição de vulnerabilidade psíquica, social e econômica (Meyer, 2024). Assim, a maternidade solo é inseparável



das violências que configuram as relações de gênero, indo além da esfera doméstica e alcançando dimensões institucionais e simbólicas.

Para Ferreira Júnior *et al.* (2025), a maternidade solo emerge, em muitos casos, de contextos em que a violência conjugal e o abandono paterno se sobrepõem. Esse achado dialoga com Araújo (2025), que identificou, em suas narrativas, a repetição de histórias de abandono vinculadas à sobrecarga de cuidado e à falta de corresponsabilidade paterna, naturalizadas pela estrutura patriarcal. Ambos os estudos reforçam que a maternidade solo não é apenas o resultado da ausência, mas da recusa ativa do homem em participar da vida familiar, recusa legitimada culturalmente e que carrega consigo marcas de violência simbólica.

No entanto, ao confrontarmos esses resultados com a análise de Meyer (2024), observa-se um deslocamento interpretativo: enquanto Ferreira Júnior *et al.* (2025) e Araújo (2025) enfatizam a dimensão afetiva e moral da ausência, Meyer (2024) recorre à lógica econômica para argumentar que a violência de gênero se expressa também na retirada do suporte material. A autora demonstra que a dependência financeira é explorada como instrumento de controle e submissão, e que, ao abandonarem suas responsabilidades, muitos homens reforçam a vulnerabilidade econômica das mulheres. Esse enfoque permite pensar o abandono paterno não apenas como negligência emocional, mas como estratégia de poder que mantém a mulher em condições de precariedade estrutural.

Esse ponto é reforçado por Rudzinski *et al.* (2025), que evidenciam a fragmentação dos serviços públicos voltados ao enfrentamento da violência de gênero e ao suporte às mulheres. Para os autores, a ausência paterna não pode ser compreendida isoladamente das falhas institucionais que deixam as mães solo sem amparo adequado. A dificuldade em acessar serviços de assistência social, psicológica e jurídica, somada à morosidade de processos legais relacionados à pensão alimentícia, constitui uma forma de violência institucional que perpetua a sobrecarga das mulheres.

Nesse sentido, Jacobs; Andrews (2021) contribuem ao mostrar como, no imaginário social, a maternidade solo é desvalorizada e frequentemente associada a fracasso ou irresponsabilidade, deslocando a culpa da ausência paterna para a mulher. Tal estigmatização, além de constituir uma violência simbólica, reforça as



barreiras para que as mães solo reivindiquem seus direitos. Esses achados entram em diálogo direto com Jain; Mahmoodi (2025), que identificam, em sua revisão global, que as mães solo não sofrem apenas com a sobrecarga prática do cuidado, mas também com o julgamento social que criminaliza sua condição, como se a ausência paterna fosse fruto da “incapacidade feminina de manter um lar estável”.

Delgado-Herrera *et al.* (2024), ao investigarem as crenças sobre gênero e maternidade, apontam que a legitimação da ausência paterna é sustentada pela ideia de que a mãe deve ser a principal responsável pelos filhos. Essa crença, enraizada em valores patriarcais, funciona como alicerce para a violência simbólica, uma vez que desloca o olhar da sociedade para o “cumprimento do dever feminino”, ao mesmo tempo em que invisibiliza a responsabilidade masculina.

Os impactos dessa realidade não se restringem ao campo simbólico. Dharani (2024) demonstra que o abandono paterno, associado à ausência de suporte, intensifica o sofrimento psíquico das mulheres, resultando em quadros de ansiedade, depressão e estresse. Esse sofrimento não decorre apenas da dificuldade prática de conciliar múltiplos papéis, mas da violência cotidiana que recai sobre a mulher, seja na forma de negligência afetiva do parceiro, seja no julgamento social, seja na falta de proteção institucional.

Por sua vez, Costa (2024) contribui ao ressaltar a multiplicidade de papéis atribuídos à mulher contemporânea. Para a autora, a violência de gênero se manifesta também na exigência de que a mãe solo seja simultaneamente provedora, cuidadora e responsável integral pela vida familiar, sem o devido suporte do Estado ou da sociedade. Esse aspecto confronta diretamente a análise de Meyer (2024), pois enquanto Meyer identifica a violência na lógica econômica da retirada masculina, Costa (2024) amplia para a dimensão social, mostrando que a própria estrutura comunitária e institucional não oferece alternativas viáveis de suporte.

Chai *et al.* (2022) acrescentam outro olhar relevante ao discutirem como o patriarcado organiza a violência de gênero em diferentes fases da vida da mulher. Embora o estudo se concentre em mulheres idosas, ele evidencia como a violência estrutural atravessa gerações, legitimando a negligência masculina e reforçando padrões culturais que contribuem para a perpetuação da maternidade solo. Esse ponto reforça a ideia de continuidade histórica do patriarcado, sugerida por Araújo



(2025), e indica que a violência de gênero não se restringe a eventos pontuais, mas constitui uma linha contínua de opressão.

4.3 Impactos psíquicos da maternidade solo

A maternidade solo constitui uma experiência que ultrapassa a esfera da organização familiar e projeta-se diretamente sobre a saúde mental das mulheres, produzindo impactos psíquicos que não podem ser explicados por uma suposta fragilidade individual, mas sim por condições estruturais historicamente determinadas pelo patriarcado. Trata-se de um fenômeno em que o sofrimento psicológico emerge da sobrecarga funcional, da estigmatização social e da ausência de políticas públicas eficazes de suporte, o que resulta em experiências de adoecimento emocional reiteradamente descritas na literatura recente (Dharani, 2024; Araújo, 2025; Jain; Mahmoodi, 2025).

Dharani (2024) demonstra que mães solo apresentam índices mais elevados de depressão e ansiedade quando comparadas a mulheres em outros arranjos familiares. Tal constatação, baseada em análises comparativas, aponta para o peso da sobrecarga prática, que se traduz em estresse crônico e fadiga emocional. Já Araújo (2025), a partir de uma perspectiva qualitativa, reforça que esse sofrimento é atravessado por sentimentos de solidão e abandono, evidenciados nas narrativas de mulheres que relatam o fardo de sustentar sozinhas não apenas o cuidado cotidiano, mas também a pressão cultural de corresponder às expectativas sociais. Se em Dharani (2024) há um enfoque nos indicadores objetivos da saúde mental, em Araújo (2025) o destaque recai sobre a experiência subjetiva, revelando como a dimensão simbólica amplia o impacto psíquico.

Em outra direção, Jain e Mahmoodi (2025) problematizam a tendência de atribuir o sofrimento exclusivamente à ausência de um cônjuge, argumentando que ele decorre principalmente do estigma social dirigido às mães solo. O julgamento cultural que associa monoparentalidade feminina a fracasso ou incapacidade, segundo os autores, cria um ambiente de hostilidade que fragiliza a autoestima e a identidade dessas mulheres. Esse ponto encontra convergência parcial em Jacobs e Andrews (2021), que mostram como adolescentes reproduzem percepções depreciativas sobre lares chefiados por mulheres. Todavia, enquanto Jain e Mahmoodi (2025) enfatizam o peso do estigma social como determinante central,



Jacobs e Andrews (2021) indicam que tais visões, embora ainda presentes, estão sendo gradualmente questionadas em contextos geracionais mais jovens. Esse contraste sugere que, ao mesmo tempo em que a estigmatização persiste, emergem fissuras no imaginário social capazes de tensionar o discurso hegemônico.

Outra dimensão relevante é apresentada por Delgado-Herrera *et al.* (2024), que apontam como a internalização de crenças patriarcais pelas próprias mulheres atua como mecanismo de intensificação do sofrimento emocional. Mães que assimilam a ideia de que sua identidade deve se realizar exclusivamente pela maternidade acabam por naturalizar a ausência paterna, assumindo uma carga desproporcional de responsabilidades. Essa naturalização as conduz, inevitavelmente, a sentimentos de esgotamento e inadequação. Ao se colocar em confronto com Araújo (2025), percebe-se que, enquanto esta autora evidencia como o abandono paterno é percebido externamente nas narrativas, Delgado-Herrera *et al.* (2024) enfatizam o modo como esse abandono é internalizado e legitimado, aprofundando o sofrimento psíquico.

Ferreira Júnior *et al.* (2025) acrescentam que, quando o cuidado envolve filhos com necessidades especiais, os impactos emocionais tornam-se ainda mais agudos. Nessas situações, a ausência paterna se configura não apenas como negligência, mas como violência estrutural, produzindo sentimentos de desesperança e exaustão. Essa constatação amplia a análise de Dharani (2024), pois, enquanto esta autora indica uma maior prevalência de sofrimento mental em mães solo de forma geral, Ferreira Júnior *et al.* (2025) especificam que o grau desse sofrimento é intensificado em contextos de maior complexidade do cuidado. A articulação entre ambos os estudos sugere que a intensidade do impacto psíquico está diretamente relacionada à densidade das demandas assumidas pela mulher.

Costa (2025), por sua vez, discute a multiplicidade de papéis atribuídos à mulher contemporânea e como essa sobrecarga repercute em sua saúde mental. A autora destaca que a exigência de ser simultaneamente provedora, cuidadora e gestora do lar coloca as mães solo em condição de vulnerabilidade psicológica permanente. Esse argumento se articula criticamente com Jain e Mahmoodi (2025): se, para estes, o estigma social é a principal fonte de sofrimento, para Costa (2025) a



sobrecarga prática representa um fator igualmente determinante, revelando que ambas as dimensões se entrelaçam na configuração do adoecimento psíquico.

Outro ponto importante é trazido por Rudzinski *et al.* (2025), ao evidenciarem que a insuficiência dos serviços públicos de acolhimento constitui uma forma de violência institucional que repercute diretamente na saúde mental. A fragmentação e a burocratização dos serviços de assistência, aliadas à dificuldade em garantir direitos como pensão alimentícia, contribuem para a intensificação da ansiedade e da exaustão materna. Esse enfoque institucional confronta o de Delgado-Herrera *et al.* (2024), que atribuem maior peso à internalização de crenças. Enquanto os primeiros apontam para falhas externas do sistema, os segundos revelam como tais falhas são reforçadas internamente, demonstrando que os impactos psíquicos da maternidade solo resultam tanto de fatores externos quanto da incorporação subjetiva de valores sociais opressores.

4.4 Repercussões sociais e econômicas da maternidade solo

A maternidade solo, enquanto expressão do patriarcado, não se limita a consequências psíquicas ou subjetivas. Ela se projeta fortemente nas dimensões sociais e econômicas, configurando-se como um fenômeno que perpetua desigualdades estruturais e aprofunda vulnerabilidades já existentes entre mulheres, especialmente aquelas inseridas em contextos de classe e raça historicamente marginalizados. Nesse sentido, compreender as repercussões sociais e econômicas da maternidade solo implica reconhecer que a experiência materna está atravessada pela precariedade laboral, pela ausência de suporte institucional e pela reprodução de estigmas que situam a mulher em posição de desvantagem sistêmica (Costa, 2025; Rudzinski *et al.*, 2025).

Costa (2025) chama atenção para a multiplicidade de papéis atribuídos à mulher contemporânea, destacando que, em contextos de maternidade solo, essas exigências tornam-se mais severas. A mulher é simultaneamente trabalhadora, provedora, cuidadora e responsável pela gestão doméstica, sem que haja redistribuição equitativa de responsabilidades ou oferta adequada de políticas públicas de suporte. Essa sobrecarga não apenas limita as possibilidades de ascensão profissional, mas também contribui para a feminização da pobreza. Rudzinski *et al.* (2025) reforçam essa análise ao evidenciarem que a fragmentação



dos serviços sociais compromete o acesso das mães solo a benefícios, habitação e proteção legal. Se, para Costa (2025), o problema reside na multiplicidade de papéis que a sociedade impõe à mulher, para Rudzinski *et al.* (2025) reside na insuficiência institucional que deveria ampará-la, revelando duas faces complementares de um mesmo processo.

A dimensão econômica da maternidade solo também é explorada por Meyer (2024), que interpreta a violência de gênero sob a ótica das relações econômicas. Para a autora, o abandono paterno e a retirada do suporte material funcionam como estratégias de manutenção do poder masculino, intensificando a dependência financeira e limitando a autonomia feminina. Esse argumento encontra ressonância no estudo de Jain e Mahmoodi (2025), que, ao revisarem experiências globais, demonstram que mães solo enfrentam maior precariedade no mercado de trabalho, salários mais baixos e barreiras estruturais ao acesso a políticas sociais. Contudo, há uma diferença de ênfase: enquanto Meyer (2024) privilegia a violência econômica como forma ativa de dominação, Jain e Mahmoodi (2025) situam o problema na forma como estruturas econômicas globais marginalizam as mães solo, mesmo quando o abandono não é diretamente associado a um conflito conjugal.

Outro aspecto importante refere-se ao estigma social, analisado por Jacobs e Andrews (2021), que apontam para a desvalorização de famílias chefiadas por mulheres e a associação de sua experiência ao fracasso pessoal. Essa estigmatização tem impactos econômicos concretos, pois se reflete na dificuldade de acesso a empregos de qualidade e na desconfiança social quanto à competência dessas mulheres como provedoras. Confrontando esses achados com os de Delgado-Herrera *et al.* (2024), observa-se que, além do estigma externo, muitas mulheres internalizam crenças de que sua identidade deve ser exclusivamente definida pela maternidade. Essa internalização, ao reforçar a ideia de que a mulher deve assumir integralmente a responsabilidade pela família, contribui para que elas aceitem condições precárias de trabalho ou sobrecarga doméstica como naturais, o que perpetua o ciclo de exclusão social.

Nesse ponto, Araújo (2025) reforça que, em contextos de pobreza, a maternidade solo assume contornos ainda mais dramáticos. As representações sociais coletadas em sua pesquisa revelam que, para muitas mulheres, a maternidade



solo é acompanhada de estigmatização comunitária, que as posiciona como culpadas pelo próprio abandono e pelas dificuldades financeiras enfrentadas. Esse julgamento, aliado à ausência de políticas públicas eficazes, intensifica a marginalização social. Ao confrontarmos esse achado com Ferreira Júnior *et al.* (2025), que analisaram mães solo de crianças com necessidades especiais, evidencia-se uma sobreposição de vulnerabilidades: além do estigma e da pobreza, essas mulheres enfrentam custos financeiros e emocionais mais elevados, dada a necessidade de terapias e cuidados especializados.

Dharani (2024), ao examinar os impactos psicossociais da maternidade solo, acrescenta que a precariedade econômica exerce efeito direto sobre a saúde mental. A insegurança quanto à subsistência familiar e a falta de perspectiva de melhoria das condições de vida contribuem para quadros de ansiedade e depressão. Esse dado converge com Chai *et al.* (2022), que, ao analisarem as repercussões intergeracionais da violência patriarcal, mostram que a precariedade econômica enfrentada por mães solo não se limita a uma geração, mas repercute nos filhos, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social. Assim, o impacto econômico não pode ser dissociado de suas implicações sociais mais amplas, já que compromete a mobilidade social e reforça a reprodução intergeracional das desigualdades.

Ainda sobre a reprodução intergeracional, Jacobs e Andrews (2021) destacam que a percepção depreciativa sobre famílias monoparentais femininas é transmitida culturalmente, reforçando estigmas que atravessam gerações. Esse estigma, quando associado à exclusão econômica apontada por Jain e Mahmoodi (2025), configura um quadro no qual as mães solo se encontram duplamente penalizadas: por um lado, são responsabilizadas socialmente pela ausência paterna; por outro, são privadas de condições materiais adequadas para o sustento familiar. Ao se articular essas dimensões, evidencia-se que a maternidade solo não apenas reflete a desigualdade de gênero, mas também a reproduz ao longo do tempo.

Costa (2025) e Araújo (2025), embora partam de perspectivas distintas, convergem ao evidenciar que as repercussões sociais e econômicas da maternidade solo resultam de uma sobrecarga estruturalizada. Enquanto Costa enfatiza o peso da multiplicidade de papéis femininos, Araújo destaca o julgamento social e a ausência de suporte comunitário. Ambas, porém, revelam que o problema não é a



monoparentalidade em si, mas a forma como a sociedade, pautada por valores patriarcais, desresponsabiliza o homem e transfere o ônus integral para a mulher.

Considerações Finais

A análise da maternidade solo sob a perspectiva do patriarcado permitiu compreender que essa experiência não deve ser reduzida a um arranjo familiar alternativo ou a uma escolha individual, mas interpretada como um fenômeno socialmente construído e historicamente sustentado por desigualdades de gênero. Os resultados desta revisão demonstram que a maternidade solo é expressão de um sistema que naturaliza a ausência paterna, transfere a totalidade da responsabilidade parental à mulher e legitima, de forma velada ou explícita, a sobrecarga feminina.

O primeiro eixo de discussão evidenciou que o patriarcado constitui a matriz estruturante da maternidade solo, reproduzindo estigmas e legitimando a exclusão do homem do espaço do cuidado. Tal estrutura cultural consolida a desigualdade de responsabilidades, reforçando representações sociais que atribuem exclusivamente às mulheres o dever de sustentar material e simbolicamente o núcleo familiar. O segundo eixo revelou que a maternidade solo frequentemente emerge de contextos de violência de gênero, seja pela negligência afetiva, pelo abandono paterno, pela violência econômica ou ainda pela omissão institucional. Nesses casos, a ausência masculina não é apenas casual, mas produto de dinâmicas de poder que operam de modo a fragilizar a autonomia feminina.

No campo psíquico, os impactos identificados foram significativos. A sobrecarga de papéis, o isolamento social, o estigma cultural e a falta de suporte público convergem para o adoecimento emocional, expresso em quadros de ansiedade, depressão e sofrimento crônico. Esse sofrimento não pode ser entendido como inerente à condição de mãe solo, mas como resultado das condições de desigualdade e de exclusão impostas pelo patriarcado. Por fim, a análise das repercussões sociais e econômicas mostrou que a maternidade solo está diretamente associada à precarização laboral, à feminização da pobreza e à reprodução intergeracional de desigualdades. As barreiras no mercado de trabalho, somadas à insuficiência de políticas públicas de apoio, perpetuam a vulnerabilidade e reforçam a marginalização dessas mulheres.



Diante desses achados, conclui-se que a maternidade solo é um fenômeno complexo, multifacetado e atravessado por dimensões culturais, psíquicas, sociais e econômicas. Reconhecê-la como produto do patriarcado implica deslocar o olhar da culpabilização individual para a crítica estrutural, de modo a compreender que os desafios enfrentados pelas mães solo são expressão de relações históricas de opressão de gênero. A relevância desta revisão reside justamente em evidenciar que enfrentar a maternidade solo exige não apenas o fortalecimento das redes de apoio e a formulação de políticas públicas inclusivas, mas também a desconstrução de valores patriarcais que ainda legitimam a desigualdade. Assim, a reflexão proposta contribui para a produção de conhecimento crítico e para a promoção de transformações sociais que garantam maior equidade, dignidade e justiça às mulheres em situação de maternidade solo.

Referências

- ARAÚJO, M. H. P. de O. Contos de dor, amor e alegria: representações sociais da maternidade solo no contexto da pobreza. **Psicologia & Sociedade**, v. 37, p. 1-16, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/JT6rf4pcN44vXJsGfgYsyJc/>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 372 p.
- BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 224 p.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. 325 p.
- CHAI, C. G. *et al.* Patriarcado e mulher: análise da violência na ordem patriarcal de gênero à mulher idosa. **Revista Kairós Gerontologia**, p. 114-144, 2022. Disponível em: <https://dialogoscriticos.com/index.php/dialogoscriticos/article/view/1>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Aline Strelow. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 480 p.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Mesmo com mudanças sociais e culturais, ausência do nome do pai no registro ainda é desafio no país**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/mesmo-com-mudancas-sociais-e-culturais-ausencia-do-nome-do-pai-no-registro-ainda-e-desafio-no-pais/>. Acesso em: 28 jun. 2025.



COSTA, B. A multiplicidade de papéis da mulher. **Revista Real Conhecer**, v. 3, n. 2, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/download/6063/3699>. Acesso em: 15 fev. 2025.

DELGADO-HERRERA, M. *et al.* Relationship between gender roles, motherhood beliefs and women's well-being. **Frontiers in Psychology**, v. 15, p. 1-31, 2024. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10954095/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

DHARANI, M. K. The psychosocial impact on single mothers' well-being. **Journal of Family Medicine and Primary Care**, 2024. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11114577/>. Acesso em: 05 mai. 2025.

FERREIRA JÚNIOR, M.; ARAÚJO, D. F.; ANOMAL, R. F.; NOBRE, T. T. X. O desvelar da mãe solo de crianças atípicas sob a perspectiva feminista. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 11, n. 2, p. 435-460, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/59237>. Acesso em: 25 ago. 2025.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 183 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama dos indicadores do Censo 2022 – Brasil**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>. Acesso em: 28 jun. 2025.

JACOBS, C.; ANDREWS, G. Disrupting patriarchal perceptions of single-mother families. **South African Review of Sociology**, v. 25, n. 1, p. 1-17, 2021. Disponível em: https://www.scielo.org.za/scielo.php?pid=S1947-94172021000100001&script=sci_arttext. Acesso em: 12 fev. 2025.

JAIN, M.; MAHMOODI, V. Being one in a world of twos: experiences and consequences of single parenting. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 18, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/359120723>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MEYER, S. R. Explaining intimate partner violence through economic perspectives. **Aggression and Violent Behavior**, v. 77, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1359178924000193>. Acesso em: 09 fev. 2025.

RUDZINSKI, K. *et al.* Navigating fragmented services: a gender-based violence (GBV) critical feminist analysis of women's experiences. **BMC Public Health**, v. 25, p. 1-15, 2025. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-025-21919-w>. Acesso em: 01 ago. 2025.



SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p.

VASQUEZ, G. Maternidade e feminismo: notas sobre uma relação plural. **Trilhas da História**, Três Lagoas-MS, v. 3, n. 6, p. 167–181, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/472>. Acesso em: 23 maio 2025.